I Seminário Internacional
Estado, Regulação e Transformação Digital

O futuro das democracias: hipervigilância, fake news e outras ameaças

MÁQUINA DE GUERRA DO CAPITAL: A LOGÍSTICA BÉLICA DAS POLÍCIAS BRASILEIRAS

CAPITAL'S WAR MACHINE: THE MILITARY LOGISTICS OF THE BRAZILIAN POLICE

Tricieli Radaelli Fernandes[1]
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria/RS, Brasil
tricieli.radaelli@acad.ufsm.br

RESUMO: O trabalho busca correlacionar as implicações entre a máquina de guerra do capital, o Estado securitário e de vigilância e a guerra contra a população enquanto elementos constitutivos e basilares para a logística de guerra utilizada pelas polícias brasileiras. Viabilizando traçar um caminho esclarecedor a esta problemática, o texto encontra-se estruturado em três seções: primeiramente, compreende-se o neoliberalismo enquanto chave estratégica para o desempenho da máquina de guerra do capital indissociável da relação seres humanos e máquinas técnicas; após, analisa-se o fomento a um constante estado de insegurança no qual germina a necessidade de implementar um Estado securitário e de vigilância manifesto na logística de guerra operacional das polícias brasileiras, para chegar-se, por fim, na terceira parte, que confronta a dificuldade em demarcar a intersecção entre o civil e o militar, sobre a qual o papel das polícias é essencial para, igualmente, borrar as fronteiras onde se encontram violência e direito para tornar possível a promoção da condição de "guerra civil" contra a população subalternizada. A metodologia se organiza a partir do método do materialismo histórico pelo viés de Antonio Negri.

Palavras-chave: Estado securitário e de vigilância; máquina de guerra do capital; neoliberalismo; polícias brasileiras.

ABSTRACT: The paper seeks to correlate the implications between the war machine of capital, the security and surveillance state, and the war against the population as constitutive and basic elements for the war logistics used by the Brazilian police. In order to trace a path that will clarify this problematic, the text is structured in three sections: first, neoliberalism is understood as a strategic key for the performance of the war machine of capital inseparable from the relationship human beings and technical machines; Then, the promotion of a constant state of insecurity in which germinates the need to implement a security and surveillance state

[1] Mestranda em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Bolsista DS/CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos do Comum (NEC) registrado junto à UFSM/RS e ao CNPQ; Pós-graduada em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdade Dom Alberto – Santa Cruz do Sul; Graduada em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e Missões – Uri Campus Santiago. E-mail: tricieli.radaelli@acad.ufsm.br.

manifested in the logistics of operational warfare of the Brazilian police is analyzed, to arrive, finally, at the third part, which confronts the difficulty in demarcating the intersection between the civilian and the military, where the role of the police is essential to blur the frontiers where violence and law meet to make possible the promotion of the condition of "civil war" against the subalternized population. The methodology is organized from the method of historical materialism through the bias of Antonio Negri.

Keywords: security and surveillance state; capital's war machine; neoliberalism; brazilian police.

INTRODUÇÃO

No ano de 2022 o massacre do Carandiru completa 30 anos. Um dos mais cruéis casos de violência policial no Brasil continua sem decisão de condenação dos responsáveis até agora. Não suficiente, a Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou um projeto de anistia a todos os policiais envolvidos na morte dos 111 detentos do complexo penitenciário (MASSACRE, 2022). Concomitantemente, nesse mesmo ano ocorreu uma das *operações* (eufemismo utilizado pelos meios hegemônicos de comunicação para assassinato de pessoas nas comunidades) mais letais da polícia militar da história do Rio de Janeiro com total de 24 óbitos. A incursão policial na Villa Cruzeiro ficou atrás apenas da ação na comunidade do Jacarezinho que totalizou 28 mortes (SANTOS, 2022).

O decurso temporal de três décadas até aqui aponta para a continuidade das políticas coloniais de extermínio dos subalternos, as quais se repetiram em muitos outros casos semelhantes de massacres policiais que se tornaram rotineiros nas comunidades. Já se sabe que existe uma adequação da realidade à exceção, a qual acabou se tornando a diretriz principal, e que a ordem é prosseguir operando através de mecanismos necropolíticos. Em vista disso, o presente trabalho tem por temática principal o *modus operandi* bélico das policias brasileiras. Para concretizar a crítica que se pretende fazer, busca-se relacionar as implicações entre a máquina de guerra do capital, o estado securitário e de vigilância e a guerra civil contra a população enquanto elementos constitutivos e basilares para a logística de guerra utilizada pelas polícias brasileiras.

Pela óptica aqui abordada, se impõe a observação do capitalismo e seu par fiel, o neoliberalismo, na modalidade de potenciais influentes para a fluidez de um estado de guerra constante, necessário e basilar para a conservação dos enjambres tecnocapitalistas. Outrossim, é imprescindível relatar a banalização da violência e extermínio que ocorre ao largo de qualquer

atitude pautada na efetivação dos Direitos Humanos que deveria originar-se do aparato estatal e da sociedade como um todo, visto que é exatamente nesse ponto que as políticas neoliberais agem, sucateando a figura do Estado e desresponsabilizando-o de qualquer medida efetiva, já que pela óptica capitalista e, portanto, neoliberal, ele funciona como empresa privada.

De saída, é importante adentrar em algumas questões interessantes para a melhor compreensão dos termos deliberadamente adotados como referencial teórico do trabalho. Sabe-se que a palavra guerra possui uma carga semântica extremamente forte. Remetendo a cenários de violência, miséria, destruição dos espaços urbanos e, por óbvio, à morte. Talvez se pense, em razão de toda a bagagem histórica que pesa sobre esse vocábulo, que ele seria demasiado exagerado para o contexto do proposto nesse artigo. Todavia, é justamente o espanto e a atenção que se requer para introduzir o cerne dos mandos hegemônicos e belicosos impostos pelo capitalismo. Sem eufemismos, inclusive porque é assim que suas consequências se desvelam.

A guerra exporia o que não se quer em um regime democrático, porém é o que a lógica do capital institui ao corpo social atual. Mesmo que as suas vítimas não possuam conhecimento dessa conjectura, tampouco gostariam conscientemente de fazer parte dela, estão sob ela inseridas. Ademais, parece ser por bem mencionar que não se quer justificar o ostensivo estado extraordinário do qual ela seria expoente, muito menos parecer condescendente à exceção que se torna regra nesses momentos de disposição banal da vida. A contribuição é com propósito de atribuir significado a uma racionalidade que existe e persiste, para que assim seja possível insurgir-se a ela. Apoia-se, nesse sentido, em demasia ao significado que Michael Hardt e Antonio Negri trazem em sua obra, a respeito da guerra e suas inflexões no panorama das democracias liberais.

Em suma a todas a provocações levantas, a pesquisa visa traçar caminhos para responder (ou chegar algumas contribuições) o seguinte questionamento: em que medida se relacionam a máquina de guerra do capital e a lógica bélica empregada pelas polícias brasileiras no contexto do Estado securitário e de vigilância, baseado na promoção da condição de "guerra civil" contra a população subalternizada?

Considerando que no seio do Estado democrático brasileiro, é posta em questão a atuação das polícias quando na sua gestão, funcionamento e realização de operações que se abastecem de mecanismos atrelados à lógica bélica, principalmente no que se refere às táticas de extermínio de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, acredita-se ser substancial estabelecer alguns parâmetros metodológicos. Na elaboração da pesquisa, conclui-se adequado usar a metodologia de Antonio Negri, isto é, o materialismo histórico composto pela perspectiva

de suas pesquisas. Em vista disso, o autor investe em nova roupagem para o método de Marx, contudo mantendo alguns elementos que são essenciais: a) a tendência histórica; b) a abstração real; c) o antagonismo; e d) a construção da subjetividade (HARDT; NEGRI, 2005, p. 189). A motivação principal da mudança de direção adotada, refere-se à compreensão de que a realidade emergente necessita de uma diferente lente de aproximação, porém sem deixar as interpretações que foram importantes em épocas passadas.

Enfim, o texto se estrutura em três seções, quais sejam: a primeira, visa compreender o neoliberalismo enquanto chave estratégica para o desempenho da máquina de guerra do capital indissociável da relação seres humanos e máquinas técnicas. Posteriormente, analisa-se o fomento a um constante estado de insegurança no qual germina a necessidade de implementar um Estado securitário e de vigilância manifesto na logística de guerra operacional das polícias brasileiras. Por fim, perante a dificuldade em demarcar a intersecção entre o civil e o militar, sobre a qual o papel das polícias é essencial para, igualmente, borrar as fronteiras onde se encontram violência e direito para tornar possível a promoção da condição de "guerra civil" contra a população subalternizada.

1 ENTRE MÁQUINAS, SERES HUMANOS E CAPITAL: MÚLTIPLAS FACETAS NEOLIBERAIS

Partindo do pressuposto da sociedade contemporânea eminentemente tecnológica, inundada por máquinas tecnológicas em todos os seguimentos da vida social, da individualidade à gerência do coletivo, nas relações de trabalho, à construção dos afetos humanos, aponta-se que as modificações da imersão tecnológica são surpreendentes e algumas ainda não podem sequer ser completamente previstas. Não que a transformação tecnológica em si seja a responsável pelos surgimento de novos processos sociais ou circunstanciais (CASTELLS, 1999, p. 43), mas com certeza as dinâmicas desenvolvidas com base nela revela intenções humanas de poder e dominação.

A reformatação da coletividade oriunda da invasão tecnológica leva autores como Maurizio Lazzarato a adotar a terminologia da megamáquina, isto é, a sociedade no papel de organismo maquínico que "engendra, organiza e agencia num mesmo movimento os seres humanos e as máquinas técnicas" (2019, p. 107). Com base nisso, cursos históricos de assujeitamento dos indivíduos podem ser entendidos através dessa utilização instrumental do trabalho humano (os frutos materiais ou imateriais), aproveitado na forma de recurso energético

para a construção de todo o Novo Mundo como se conhece no presente (MBEMBE, 2017, p. 218).

Nesse sentido, a escravidão é paradigma significativo de funcionamento da megamáquina social empregada para finalidades capitalísticas. Todavia, atualmente as modalidades de aprisionamento e segregação são outras, mais sofisticadas e menos escancaradas. Continua Lazzarato a respeito da definição da máquina social:

> A enorme produtividade dessa megamáquina que dispunha de tecnologias tão rudimentares é em primeiro lugar a produtividade da máquina social. Se isso é evidente no que concerne ao Egito dos faraós, é verdadeiro também para uma máquina social como a nossa, dotada de tecnologias sofisticadíssimas (LAZZARATO, 2019, p. 109).

Portanto, a constituição da megamáquina expõe os vínculos com o passado colonial, as dominações e hegemonias assíduas sobre as classes subalternizadas, a abdução da complexidade social em detrimento da expansão de economias de inimizade. Essa usurpação fica nítida quando se observa a subversão da conceptualização de *máquina de guerra* adotada por Gilles Deleuze e Felix Guattari. Começando pelo pensamento deles sobre a guerra, ela pode perfectibilizar-se por duas vertentes diferentes. Ou ela não está diretamente incluída nos mandos e desmandos estatais, operando por intermédio de uma captura imediata realizada pelos poderes de polícia e, de outra maneira, aciona-se veladamente nas operações de guerra e militarizadas (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 8).

Em outras palavras, a máquina de guerra para eles percorreria um caminho ao largo do Estado, seria seu excedente, a parte que lhe escapa, que insurge contra suas ações de captura das multiplicidades, explicitando que as possibilidades de coadunação e da própria concepção de sociedade é anterior à figura estatal. Na perspectiva dos autores:

> Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 18-19).

Assim, a corrida por fora da visão estatal pode ser pensada na junção de todos aqueles que ficam afastados dos estatutos jurídicos e do escopo de direitos, desamparados de tutela e quando o são, correspondem às condições de vida indigna, impassível de ser vivível (BUTLER, 2018). Mesmo sob a égide da democracia liberal ou, inclusive em sua guarida, como criticam alguns autores como Achille Mbembe (2017), esses indivíduos refugados e, no maior número

das vezes, ignorados, são como os nômades que se mobilizam de jeitos diferentes, que subvertem a desterritorialização em seu favor, permitindo a existência da máquina de guerra (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 42-43).

Para iluminar as diferenças entre a máquina social e a máquina de guerra é importante expor o elo que interliga ambas as vertentes à punção de morte e as correlações de poder:

> É a razão pela qual é preciso abandonar a definição genérica e imprecisa de "máquina social", que produziria de maneira impessoal as normas, os *habitus*, as leis, e adotar a expressão "máquina de guerra" que implica dominantes e dominados, relações entre forças a partir das quais se produzem normas, *habitus* e leis, mas também o "fazer morrer" e a violência, exatamente como na megamáquina egípcia (LAZZARATO, 2019, p. 109).

Seguindo essa interpretação, os *habitus* e os condicionamentos de vida passam inevitavelmente pela dependência estruturante entre dominantes e dominados, pelo poder biopolítico que se estende à governamentalidade, pelo apoderamento da energia social em favor da instrumentalização da hostilidade. Captura-se a máquina de guerra nômade, corrompendo-a e devolvendo-a completamente desassociada de seus preceitos originais. Transformando-a em militarização institucionalizada que irá de encontro aos nômades para silenciá-los, extirpá-los, "fazendo da guerra objeto de Estado, subordinando-a aos fins políticos do estado que a monopoliza" (ALLIEZ; LAZZARATO, 2021, p. 151).

O antagonismo entre a máquina de guerra dos nômades e a máquina de guerra do capital é constantemente o embate entre resistência e reacionarismo. Contudo, adentra o debate o fator neoliberal, o qual distribui força ao lado da balança onde se encontra o capital, inserindo a racionalidade da concorrência como outra face da lógica de guerra "securitária", obtendo no racismo estrutural a operacionalidade do Estado-nação que, simultaneamente, implementa apetrechos "hipermodernos" para reproduzir as desdobramentos "neoarcaicos" de subjugação (LAZZARATO, 2011, p. 72).

Com relação a isso, a conjectura das guerras contemporâneas exercidas no plano da globalização não se interessam apenas em conquistar territórios ou controla-los, mas se desenvolvem na esteira do plano democrático para o desenrolar de seus objetivos que são a submissão e assujeitamento de suas vítimas, concedendo o direito de matar não unicamente como monopólio dos Estados (MBEMBE, 2017, p. 137-139), porém de organizações paramilitares e milicianas. Recorrendo ao pensamento de Foucault, o "jogo de liberdade e segurança" (FOUCAULT, 2004) faz parte da governabilidade propagada pelo liberalismo, logo o estatuto neoliberal adentra "a partir da lógica da concorrência e da limitação, típicas do

neoliberalismo, que geram uma normatividade em que tudo é possível para vencer o concorrente-inimigo e aumentar o lucro, inclusive desconsiderar a normatividade internacional e a soberania popular (CASARA, 2021).

O neoliberalismo serve de motor aos impulsos maquínicos do capital e, assim como diria Gilbert Simondon, "o objeto técnico, pensado e construído pelo homem, não se limita apenas a criar uma mediação entre homem e a natureza; ele é um misto estável do humano e do natural, contém o humano e o natural. [...] A atividade técnica [...] vincula o homem à natureza" (1969, p. 245). Portanto, os objetos técnicos componentes das máquinas seriam as continuidades do homem que agem sobre a natureza, ao longo do social, modificando o espaço-tempo e as capacidades de vida. E, portanto, a apropriação da técnica não possui um intuito verdadeiro de alcance da felicidade humana, pois nesse caso, o significado da felicidade está na dominação, tanto de uns sobre outros, como no controle e posse da própria natureza e tudo que dela provém (DUARTE, 2004, p. 27).

Vale esclarecer que não se quer um direcionamento maniqueísta, tampouco restrito, pela perspectiva óbvia de que não são as máquinas culpadas do contexto de guerra, pois "não foram as máquinas que fizeram o capitalismo, nesse sentido, mas o capitalismo, ao contrário, que fez as máquinas, e que não para de introduzir novos cortes por meio dos quais revoluciona seus modos técnicos de produção" (LAZZARATO, 2019, p. 142). Do mesmo modo, não são unicamente os seres humanos os dotados de desejos maliciosos, ponto de inflexão da genealogia da dominação, ou seja, os indivíduos devem ser vistos como mediadores das intenções do capital aos fluxos técnicos que emanam das máquinas, transferindo ao âmbito do social todas as consequências advindas dessa relação, sejam elas positivas ou negativas.

Ainda na compreensão de Lazzarato, considerando que tanto o conceito de ser humano quanto o de máquina fazem parte de uma zona cinzenta de determinação, a própria indefinição de suas naturezas torna difícil a não subjugação ao capital (2019, p. 141). E, inseridos no contexto das sociedades capitalistas, o neoliberalismo se torna a nova razão do mundo, governando os sujeitos e as sociedades, assim como a possibilidade do devir ser, ou o ser-no-mundo, sem nenhum pudor de ruir completamente com o Estado do Bem-Estar Social e os direitos que possam vir a atrapalhar seu o funcionamento (CASARA, 2017, p. 36). O emprego da técnica torna-se, inevitavelmente, meio para manter, primeiro a sistemática capitalista e, igualmente, a razão neoliberal, independentemente de quantas vidas precisem ser sacrificadas para tanto, tornem-se desalentados, ou sistematicamente assassinados e desprovidos de dignidade. Como um dos significados desse elo emerge o Estado securitário e de vigilância, e

sua correspondente materialização no social, a operacionalidade bélica das polícias, aspectos que serão abordados na próxima seção.

1.1 "Nas grandes cidades, no pequeno dia a dia, o medo nos leva a tudo, sobretudo à fantasia"[2]

Não é nova a utilização da tática do medo enquanto engenharia política, como estratégia militar e, talvez bastante aparente na configuração atual, na forma de gerenciamento social. As recorrentes ondas de desinformações absurdas, conduzidas pela manobra do debate público, sejam elas integralmente falsas ou apenas um recorte fora de contexto de algum evento ou notícia real (RECUERO, 2019, p. 32), tem poder absurdamente grande de fazer circular entre a tessitura social fantasmas que renascem e se remodelam de tempos em tempos. Acossar aqueles que seriam inimigos, mantê-los desunidos, com medo, causar pânico, é mais eficiente para futuramente marcar esses inimigos como as pessoas que devem ser exterminadas, desamparadas, ignoradas pelos agentes estatais.

Apenas semear a discórdia (TZU, 2012, p. 131) e o sentimento de insegurança de tudo e de todos é suficiente (adentram nesse todo as instituições, componentes dos demarcadores de minorias sociais e em últimos casos o próprio regime democrático). Em que pese as guerras da atualidade se exponham nos conflitos armados, elas também são tecidas no plano do simbólico, na distorção da razão, na manipulação dos afetos e medos, ocorrendo, em grande medida, no âmbito dos sentimentos. Paralisa-se a oposição, deixando-a acuada por ataques físicos ou suposições de violência, já as "camadas médias, da pequena burguesia urbana e rural e da facção da classe trabalhadora que teme a deterioração do seu frágil status social e padrão de vida" adentram no jogo no papel de vítima da exploração de seus afetos (POLÍTICA, 2021).

Aproveitando-se dos afetos, toda e qualquer pauta pode se tornar moral, e na esteira da esfera pessoal protegida de Hayek, defende-se ferrenhamente que o Estado não possua direitos de se inserir naquilo que é salvaguardado pelo sujeito (BROWN, 2019, p. 23). Por esse ângulo, quanto mais a política vigente se tornar moral, mais eficaz é restringir o acesso do progressismo às modificações dos posicionamentos reacionários e conservadores (BROWN, 2019, p. 23), os quais são determinantes para o levante de pânico moral quando se tem qualquer tentativa de se inserir nessa seara. Por isso, quando são defendidos os interesses dos indivíduos não brancos, não cissexuais, não binários e outras performatividades possíveis, alastram-se discursos de

[2] Trecho retirado da música "Muros e Grades" da banda "Engenheiros do Hawaii". Disponível em: https://www.letras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/45733/. Acesso em: 1 out. 2022.

ideologia de gênero, destruição da família, bandido bom é bandido morto e afins (MEDEIROS, 2022). Não demora para que esses discursos irrompam a narrativa e se perfectibilizem nas relações sociais.

Os muros e as grades trazidos na canção referida, podem ser manifestos material e/ou mentalmente, todavia sempre representados pelo ódio às diferenças, estruturados em ferida coloniais baseadas no racismo e que se explanam na contínua experiência de guerra cotidiana:

> [...] a guerra transformou-se numa condição geral: em determinados momentos e lugares, pode haver cessação das hostilidades, mas a violência letal está presente como potencialidade constante, sempre pronta a irromper em qualquer lugar. [...] Não se trata aqui de guerras isoladas, portanto, mas de um *generalizado estado de guerra global* que de tal maneira torna menos distinta a diferença entre guerra e paz que já não somos capazes de imaginar uma paz verdadeira ou de ter esperança nela (HARDT; HARDT, 2005, p. 23, grifo do autor).

Na linha dos ensinamentos de Antonio Negri e Michael Hardt, o pânico moral que coaduna com esses pensamentos, além de sobrepor a realidade, colabora para o espalhamento da sensação de insegurança constante, onde se usufrui da tecnologia para reiterar as condições de precariedade de determinadas pessoas, presente nas incursões policiais letais nas comunidades brasileiras (DA REDAÇÃO, 2022) que paralisa a vida de todos os que vivem naquele contexto. Reafirma-se nessa ocasião, que mesmo inconscientes da circunstância de guerra, o cenário se demonstra enquanto tal, e como toda a guerra, existem inevitavelmente os afetados diretos e indiretos.

É interessante pensar o quanto essa lógica de guerra acaba sendo importante para o capital, fazendo as vezes de propulsor da economia criminosa, veiculada por meios publicitários e capaz de abastecer a demanda por dispositivos de proteção, do mesmo modo que anima incessantemente a busca pela moral e bons costumes (CECCHETTO; MUNIZ, 2021). Nessa oportunidade, apoiando-se em Mbembe, ele relata o quanto os estados de insegurança e de vigilância se retroalimentam:

> O Estado securitário alimenta-se de um *estado de insegurança* que ele próprio fomenta para o qual ele pretende ser a resposta. Se o Estado securitário é uma estrutura, o Estado de insegurança é uma paixão ou, ainda, um afecto, uma condição e, até, uma força de desejo. Por outras palavras, é o Estado de insegurança que faz funcionar o Estado securitário, sendo este, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e mudar os instintos que constituem a vida humana contemporânea (MBEMBE, 2017, p. 89, grifo do autor).

Ocorre que, e acredita-se já ter ficado claro isso, o Estado securitário e de vigilância emerge como uma fratura nuclear nas democracias liberais, não é algo preso ao passado, e é nisso seu ponto de força. Ora, tendo em vista a ruptura com um poder soberano central dos

tempos passados, a pulverização do poder corresponde ao estabelecimento de outros postos que possam empregar os mandos e desmandos do soberano. Subleva-se, em consequência, o poder policial na qualidade de soberana, habilitada para dispor das vidas, determinando quais podem ou não viver (WERMUTH, 2018, p. 298). O marco da violência policial nas áreas marginalizadas é paradigma ostentado em suas condutas operacionais, corroborando para a soberania privilegiada desse poder militar nefasto, algo que fica evidente nas percentagens dos homicídios realizados por esses agentes[3].

Continua, à vista disso, Mbembe:

> Quanto à guerra encarregue de vencer o medo, não é nem local, nem nacional, nem regional. A sua superfície é planetária, e a vida quotidiana é o seu plano privilegiado. Uma vez que o Estado securitário pressupõe a impossibilidade de "pôr fim às hostilidades" entre nós e aqueles que ameaçam o nosso modo de vida – e portanto a existência de um inimigo irredutível em constante metamorfose –, esta guerra é agora permanente. Para responder às ameaças internas – ou provenientes do exterior e retransmitidas ao interior –, várias actividades extramilitares são mobilizadas, e enormes recursos físicos são requeridos (2017, p. 89-90).

Para mobilizar os recursos necessários à mantença do Estado securitário e de vigilância, a própria tecnologia age como "refém da guerra, e a guerra é refém da tecnologia" (BERARDI, 2020, p. 175) e as agressões aos vulneráveis e conjunturalmente desamparados é fragmento primordial desse estado. A perspectiva de uma vida vivível é continuamente esmagada (BUTLER, 2018) pelas consecutivas crises do estado de bem-estar que nunca chegou a determinados grupos e, quando uma pequena parcela foi propiciada, causou o resgate do ódio classista e racista que habita duradouramente a extensão do corpo social brasileiro.

É elemento principal, então, a narrativa de divisão para, em seguida, naturalizar a pacificação por meio do antagonismo da guerra civil. Conclui-se, nessa senda, a instituição da arquitetura do estado de segurança, pois assente na insegurança, o projeto de poder da *segurança neoliberal* requer das esferas pública e privada a mobilização em prol do combate ao inimigo (CECCHETTO; MUNIZ, 2021, grifo nosso) (ou inimigos), sempre proteiforme que se molda às necessidades do discurso conveniente ao momento. Vale-se, mais uma vez, das palavras de Mbembe:

> Vivem entre nós, mas não são verdadeiramente dos nossos, devem ser rejeitados, postos no seu lugar ou simplesmente recambiados para fora de nossas fronteiras, no

[3] Segundo relatório da Anistia Internacional publicado em 2020/2021, durante a pandemia de Covid-19, somente entre os meses de janeiro e junho ao menos 3.181 pessoas foram mortas pela polícia em todo o país. Cerca de 79,1% das pessoas mortas eram negras e em média 74,3% eram menores de 30 anos de idade. Relatório disponível em: https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/04/anistia-internacional-informe-anual-2020-21_versao-revisada-01.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

> contexto do novo Estado securitário que actualmente marca as nossas vidas. A pacificação interna, a "guerra civil" silenciosa ou molecular, as prisões em massa, a dissociação entre nacionalidade e cidadania, as execuções extrajudiciais no contexto da polícia criminal e penal contribuem para confundir a antiga distinção entre segurança interna e segurança externa, num contexto de exacerbação dos sentimentos racistas (MBEMBE, 2017, p. 93).

A dialética que se testemunha, objetiva germinar e assegurar que não se rompa com as "guerras civis imperiais" (HADT; NEGRI, 2005, p. 22), oferecendo os mecanismos e condições para que elas permaneçam vigentes e obstaculizem as formas de insurgência e mobilização opostas a elas. A potência do poder soberano supera as fronteiras dos territórios, das configurações sociais e precisa da guerra para perpetuar a imanência do Império, a banalidade do conflito age favorecendo o processo de dominação historicamente erigidos desde a colonização.

1.1.1 "Guerra civil": zona cinzenta entre civil e militar

Muito se fala em exceção quando as violências soberanas se tornam institucionalizadas e podem ser realizadas ao largo das defesas que deveriam estar abarcadas pelo arcabouço jurídico. Contudo, cabe também questionar sobre esse aspecto, a respeito de qual direito se está falando quando se refere às contrariedades praticadas às vistas do direito que não reage com a mesma firmeza para todos. Acredita-se que um dos exemplos convenientes para expressar essa fratura entre divergentes direitos dentro de um mesmo ordenamento, pode ser observado na continuidade das operações policiais no Rio de Janeiro mesmo com a restrição promulgada pelo Supremo Tribunal Federal durante a emergência sanitária de Covid-19 em 2020 (GANDRA, 2022). Não apenas continuaram as ações das policias, como foram registradas as maiores chacinas no período, com episódios tristes como as mortes nas favelas do Jacarezinho e Vila Cruzeiro (GANDRA, 2022).

Esse tipo de segmentação no interior da mesma estrutura, reflete a adoção de um direito que pouco se enquadra na realidade social latino-americana, porém que alimenta a ação política galgada na imbricação com ideais basilares para a sociedade brasileira que estão cada vez mais fortalecidas pelas correntes extremistas de direita. A ligação estreita com os ideários de cidadania (e do sujeito cidadão), de direitos humanos, do fazer política, possuem fortes raízes nos valores burgueses, religiosos e morais traduzidos por subjetividades racistas, antidemocráticas (ou ainda mais grave, a democracia simultaneamente como o terreno das desigualdades e camuflagem para encobrir as injustiças), nacionalistas, fascistas (TELES, 2018,

p. 245).

É difícil não atrelar todos esses vieses à construção da sociedade brasileira, à produção das subjetividades dos sujeitos que ali vivem, bem como às políticas que dali serão oriundas. Em muito o psicopoder participa da composição da mentalidade e dos modos de ser dos viventes brasileiros, a subjetivação medida pela quantidade de humilhações e rebaixamentos que podem ser suportados (TIBURI, 2021, p. 13). A massa subalternizada compósita do Brasil é moldada por esses fatores, introjetado e incorporado nas capacidades de aceitação dos mais diversos tipos de violência, por consequência a ação resta estagnada.

A indução das intersubjetividades à normalização da humilhação, torna facilitada a submissão da condição de guerra constante, auxilia na concepção de subversão do papel das polícias em propagadores da morte e da insegurança à contramão de seu dever de zelo. Quando, ainda, o controle do espaço público não é disputado por domínios armados antagônicos (ou em tese), como é o caso do confronto direito entre as polícias, o poder miliciano e as facções de tráfico. Independentemente de quais grupos estejam em conflito para domínio territorial, quem sempre sai perdendo nessa situação são os trabalhadores e habitantes das localidades ameaçadas pela violência, pois quando suas vidas não são tomadas, eles são impedidos de seguir o fluxo normal de suas rotinas, impedidos de sair de casa em razão de tiroteios, ou devendo altos valores aos milicianos por serviços simples que deveriam ser proporcionados pelas figuras estatais (MIRANDA; MUNIZ, 2018).

É em razão de fatores como estes que se verifica o dinamismo da guerra civil, desde o impeditivo às ações comuns do dia-dia, solapadas pela assídua conjectura de hostilidade, até a subtração das vidas que se encontram ali *disponíveis* e vulneráveis ao enfrentamento das forças hegemônicas. Por isso, o enquadramento cirúrgico de Hardt e Negri:

> Talvez esses conflitos não devessem ser encarados como casos de guerra, e sim de guerra civil. Enquanto a guerra, como tradicionalmente entendida pelo direito internacional, é um conflito armado entre entidades políticas soberanas, a guerra civil é o conflito armado entre combatentes soberanos e/ou não-soberanos *dentro de um mesmo território soberano* (HARDT; NEGRI, 2005, p. 22, grifo dos autores).

Não apenas, é importante mencionar que pelas recorrentes cenas de violência as quais todos vão sendo submetidos diariamente, por vezes com casos muito midiatizados como o acontecido com a câmara de gás efetivada pela Polícia Rodoviária Federal quando colocou Genivaldo de Jesus Santos no porta-malas da viatura à força e inseriram lá quantidades insalubres de spray de pimenta e gás lacrimogênio (REDAÇÃO OPERA MUNDI, 2022), ocorre que a tragédia vai sendo naturalizada e se torna banal assistir notícias ruins. Parece que

a capacidade de reação vai ficando restrita e cabe refletir acerca de quais as vidas são realmente passíveis de luto, quais delas são lamentáveis e se esse repetido estado belicoso converte a sensibilidade em habitualidade, onde se pode concluir que algumas vidas não são consideradas como tais (BUTLER, 2015, p. 63).

Convém, repercutir as palavras de Franco Berardi:

> A sensibilidade é ainda a faculdade que nos permite estabelecer relação com as entidades que não são constituídas por nossa própria matéria, que não falam nossa linguagem e que não podem ser reduzidas à comunicação de signos discretos verbais ou digitais (2020, p. 95).

Perante as zonas civil e militar embaralhadas, a dificuldade em manter erguidos alguns pilares importantes para a continuidade democrática e para a coesão social sobreleva-se com vigor. Atentando-se a isso, é preciso resgatar a sensibilidade para poder se articular frente a essas questões, tentando trazer guarida a esses indivíduos subalternizados que são sistematicamente impedidos de ter acesso às condições mínimas de direitos, assim como de desfrutar integralmente do próprio estado de democrático de direito.

CONCLUSÃO

Na tentativa de expor algumas problemáticas relevantes do atual estado de guerra civil imperial, acabou-se por evidenciar algumas outras dificuldades ainda enfrentadas pelo Brasil, com raízes profundas no passado colonial. O racismo e outros modos de segregação social são coeficientes que determinam a lógica de inimizade e auxiliam contundentemente para a aceitação de conflitos e desrespeito aos direitos humanos, apontando que para alguns, a exceção tornou-se condição de vida e a democracia não praticamente não existe. O que se tentou revelar, além da premência desses temas, é a indispensabilidade de organização contra esse estado de coisas que se formou.

REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Anistia Internacional – Informe 2020/2021**: o estado de direitos humanos no mundo. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/04/anistia-internacional-informe-anual-2020-21_versao-revisada-01.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. Tradução: Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu, 2021. *E-book*.

BERARDI, Franco. **Asfixia**: capitalismo financeiro e a insurreição da linguagem. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução: Mario A. Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. *E-book*.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução: Sérgio Lamario; Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**. [S.l.]: Autonomia Literária, 2021. *E-book*.

CASARA, Rubens R.R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. *E-book*.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Vol. 2: A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução: Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CECCHETTO, Fatima Regina; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 26, n. 10, out. 2021. Disponível em: <https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/inseguranca-publica-excecao-como-rotina-excepcionalidade-como-o-normal-no-rio-de-janeiro/18094?id=18094&id=18094>. Acesso em: 25 set. 2022.

DA REDAÇÃO. Relembre seis operações mais letais do Rio de Janeiro. **Istoé**, 26 set., 2022. Disponível em: <https://istoe.com.br/relembre-seis-operacoes-policiais-mais-letais-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 5 out. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. V. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997. *E-book*.

DUARTE, Rodrigo Antonio de Paiva. **Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitiqae**: cours au Collège de France (1979-1979). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2004.

GANDRA, Alana. Cinco estados tiveram mais de 20 mil ações policiais durante a pandemia. **Agência Brasil**, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/09/23/massacre-do-carandiru-completara-30-anos-com-projeto-de-

anistia-antes-de-condenacao-policial.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2022.

HARTD, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou Revolução**: o neoliberalismo em chave estratégica. Tradução: Takashi Wakamatsu; Fernando Scheibe. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades**: crítica da insegurança neoliberal. Tradução: Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EdUFSCAR, 2011.

MASSACRE do Carandiru completará 30 anos com projeto de anistia antes de condenação policial: população carcerária brasileira é a terceira maior do mundo três décadas após maior tragédia da história. **G1**, 23 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/09/23/massacre-do-carandiru-completara-30-anos-com-projeto-de-anistia-antes-de-condenacao-policial.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2022.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução: Marta Lança. Portugal: Editora Antígona, 2017.

MEDEIROS, Ana Paula. Emoções como o medo e a esperança são ferramentas de mobilização de massas na política: além desses sentimentos, o pânico moral, o viés de confirmação e as *fake news* são outros instrumentos utilizados em discursos políticos e campanhas eleitorais. **Jornal da USP**, 17 out. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/emocoes-como-o-medo-e-a-esperanca-sao-ferramentas-de-mobilizacao-de-massas-na-politica/>. Acesso em: 18 out. 2022.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Domínio armado: el poder territorial de las facciones, los comandos y las milícias em Río de Janeiro. **Revista Voces em el Fenix**, v. 68, p. 44-49, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/11951>. Acesso em: 10 out. 2022.

MUROS E GRADES. Compositores: Augusto Licks; Humberto Gessinger. Intérprete: Engenheiros do Hawaii. Rio de Janeiro: RCA Records, 1991. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/engenheiros-do-hawaii/45733/>. Acesso em: 1 out. 2022.

POLÍTICA e a tática afetiva do medo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613204-politica-e-a-tatica-afetiva-do-medo>. Acesso em: 2 set. 2022.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Anatoliy. Cascatas de *fake news* políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galáxia**, São Paulo, n. 41, p. 31-47, maio-ago. 2019. Disponível em: Acesso em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2022.

REDAÇÃO OPERA MUNDI. Anistia Internacional exige respostas sobre violência policial no Brasil: órgão cobra respostas do Ministério da Justiça e Segurança Pública pela morte de Genivaldo Santos em Sergipe e da chacina no Complexo da Penha. **Opera Mundi**

UOL, 27 maio 2022. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/direitos-humanos/74767/anistia-internacional-exige-respostas-sobre-violencia-policial-no-brasil>. Acesso em: 7 out. 2022.

SANTOS, Eliane. Operação da Vila Cruzeiro é a 2ª mais letal da história do Rio, atrás só da ação do Jacarezinho: operação na Vila Cruzeiro contabiliza ao menos 24 mortos, mas número pode aumentar. Jacarezinho, no ano passado, somou 28 óbitos. **G1**, 24 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/05/24/veja-as-operacoes-policiais-mais-letais-do-rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

SIMONON, Gilbert. **L'Individu et sa génèse pshyco-biologique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

TELES, Edson. Direitos humanos, ação política e as subjetivações oceânicas. **Philósophos**, Goiânia, v. 23, n. 1, jan./jun., p. 243-273, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/50095>. Acesso em: 22 set. 2022.

TIBURI, Márcia. **Complexo de vira-lata**: análise da humilhação brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. *E-book*.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. Tradução: Sueli Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2012.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Biopolítica e polícia soberana: a sociedade escravocrata como chave de compreensão da violência e da seletividade punitiva no Brasil. **Revista de Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 3, set./dez., p. 284-309, 2018. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1262/564>. Acesso em: 10 jul. 2022.